EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2017

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

DIA DA LICITAÇÃO: 07/08/2017 - SESSÃO às 09h00min (Horário de Brasília/DF)

As empresas públicas **DME ENERGÉTICA S/A - DMEE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.966.583/0001-06, Inscrição Estadual nº 518.091852.00-90, NIRE 31.20602184-0, doravante designada simplesmente **DMEE**, e **DME DISTRIBUIÇÃO S/A – DMED**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.664.303/0001-04, Inscrição Estadual nº 518.601288.00-94, NIRE 3150021609-1, doravante designada simplesmente **DMED,** em conjunto denominadas **"empresas DME" ou "empresas licitadoras"**, vem por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n° 008/2016, tornar público a abertura do Processo Licitatório, na modalidade **Tomada de Preços nº. 002/2017**, do **tipo Menor Preço**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, e alterações posteriores, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para Licitações, Contratos da Administração Pública e dá outras providências, no dia **07/08/2017, às 09h00min**, em sua sede, mediante as condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Os recursos financeiros necessários para a citada licitação correrão por conta das receitas próprias das empresas licitadoras, suportadas pelos Comprometimentos Orçamentários nº. 374/17 (DMEE) e 2758/17 (DMED) e Termo de Referência nº 60/2017 (DMEE) e 113/17 (DMED).

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para **DIAGNÓSTICO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA (PS)** E **PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA (PAE) DAS BARRAGENS DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS** DAS EMPRESAS DME, DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DA LEI Nº 12.334 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010, E DA RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 696 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015, conforme Termo de Referência/Especificações Técnicas - ANEXO I .

1.1.1. A descrição detalhada dos serviços a serem executados objeto deste Edital, encontra-se no **ANEXO I** – Termo de Referência/Especificações Técnicas, o qual é parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

1.1.2. Integram o presente Edital:

- ✓ ANEXO I → Termo de Referência - Especificações Técnicas (**Para Conhecimento)**
- ✓ ANEXO II → Minuta do Contrato (**Para Conhecimento)**
- ✓ ANEXO III→ Proposta Comercial Padronizada **(Dentro do Envelope nº 02)**
- ✓ ANEXO IV→ Declaração Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte **(Para Cadastramento – Até 11/07/17)**
- ✓ ANEXO V→ Declaração que não há restrições para participação **(Dentro do Envelope nº 01)**
- ✓ ANEXO VI→ Declaração de Cumprimento do Art. 27 **(Dentro do Envelope nº 01)**
- ✓ ANEXO VII→ Declaração de Dirigentes **(Dentro do Envelope nº 01)**
- ✓ ANEXO VIII→ Declaração de Ausência na Sessão **(Dentro do Envelope nº 03)**
- ✓ ANEXO IX → Dados para Preenchimento de Contrato **(Dentro do Envelope nº 01)**
- ✓ ANEXO X→ Declaração de Credenciamento (Modelo de Procuração) **(Fora dos Envelopes)**
- ✓ ANEXO XI→ Declaração de Inexistência de Fato Superveniente **(Dentro do Envelope nº 01)**
- ✓ ANEXO XII→ Declaração de Responsabilidade Técnica **(Até 5 dias úteis da Assinatura do Contrato)**
- ✓ ANEXO XIII→ Relação da Equipe **(Até 5 dias úteis da Assinatura do Contrato)**
- ✓ ANEXO XIV→ Desenho - Localização das usinas das empresas DME (**Para Conhecimento)**
- ✓ ANEXO XV→ Cronograma Físico - Financeiro **(Dentro do Envelope nº 02)**

2. DO PRAZO DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

2.1. Os envelopes de documentação e proposta comercial das empresas interessadas em participar da presente licitação deverão ser protocolados, no protocolo geral da DME Energética S/A - DMEE, situada na Rua Amazonas, nº. 65, no SEGUNDO ANDAR, Centro, Poços de Caldas - MG até às **09h00min do dia 07/08/2017. A abertura dos envelopes de documentação e propostas apresentados dar-se-á às 09h00min do mesmo dia**, na sala de Licitações, situada no primeiro andar do endereço acima.

3. DO VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. O valor global total referência, estimado pela Administração, para esta contratação, é de **R$ 564.293,03** (quinhentos e sessenta e quatro mil duzentos e noventa e três reais e três centavos).

4. DOS ESCLARECIMENTOS - VISITA TÉCNICA

4.1. Caso haja interesse, poderá ser agendada e realizada visita no(s) local(is) da prestação do serviço, **não obrigatória**, com a finalidade de esclarecimento de eventuais dúvidas, mediante solicitação até o dia 25/07/2017, através do e-mail **amoliveira@dmee.com.br**, aos cuidados do Sr. Adriano Moreira de Oliveira, com cópia para a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO no e-mail fgeneroso@dmee.com.br, com obrigatoriedade de confirmação do recebimento da solicitação através do telefone (35) 3716-9222 ou 3716-9223.

4.1.1. Na visita técnica acima citada, o profissional deverá estar devidamente credenciado pela empresa interessada, apresentando consigo Contrato Social da empresa (onde contenha seu nome como proprietário, sócio proprietário e etc.) ou Procuração que o delegue poderes de representação, firmada por responsável legal da empresa.

4.1.2. A DMEE não aceitará eventuais alegações relacionadas a preço e prazo, a propósito do desconhecimento pelas proponentes que não realizarem a visita.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. DAS RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1.1. Será vedada a participação de empresa:

5.1.1.1. que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, fusão, cisão, incorporação ou com falência decretada;

5.1.1.2. consorciada;

5.1.1.3. suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com as Empresas Licitadoras, durante o prazo da sanção aplicada;

5.1.1.4. declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação;

5.1.1.5. que tenha deixado de cumprir compromissos técnicos e financeiros com as Empresas Licitadoras, ou com outras entidades da administração pública, ou ainda incorrido nas penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores;

5.1.1.6. que se enquadre em qualquer das disposições constantes no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

5.1.1.7. cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta Tomada de Preços.

5.1.1.8. sociedades empresárias ou entidades de que sejam sócias, acionistas ou ocupem funções de direção, controle ou administração, membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração ou empregados das Empresas Licitadoras.

5.1.1.8.1. esta vedação é extensiva às sociedades empresárias ou entidades de propriedade ou dirigidas por cônjuges, ascendentes, descentes e parentes colaterais ou afins, até o terceiro grau dos Diretores, componentes do Conselho de Administração e Fiscal e de empregados das Empresas Licitadoras.

5.2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.2.1. Poderão participar da presente licitação as empresas que atendam a **todos** os itens relacionados abaixo:

5.2.1.1. Empresas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação;

5.2.1.2. Empresas que atendam aos requisitos do presente Edital e tenha pleno conhecimento deste, uma vez que não poderá invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo de correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do Contrato. Ademais, não serão aceitas reivindicações posteriores;

5.2.1.3. Empresas que entreguem à DMEE toda a documentação exigida no **item 6** deste Edital para **CADASTRAMENTO exclusivo para participação** nessa Tomada de Preços de acordo com o solicitado, **até o TERCEIRO DIA CORRIDO** anterior à data da licitação – **até no máximo às 17 (dezessete) horas do dia 02/08/2017**, se tornando assim, após conferência e aprovação da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, cadastrada e

apta a participar da presente Tomada de Preços, obtendo da DMEE “Certificado de Regularidade Cadastral – CRC”.

5.2.1.3.1. Para participação nesse certame só será aceito o CRC obtido na forma desse edital e em conformidade com seu item 6, não sendo aceitos os CRC´s da DMED obtidos anteriormente neste caso.

5.2.1.3.2. Os documentos para Cadastro nesta licitação deverão ser enviados, tempestivamente – até **02/08/2017**, conforme item 6 deste Edital, com todas as vias rubricadas, da seguinte forma:

5.2.1.3.2.1. Através de protocolo na sede da DMEE;

ou

5.2.1.3.2.2. Serem encaminhados, através dos Correios e/ou outra forma de transporte-entrega, sendo que, neste caso, deverão ser enviados os devidos comprovantes do encaminhamento, para os e-mails licita@dmee.com.br e fgeneroso@dmee.com.br, junto com as cópias digitalizadas dos respectivos documentos.

5.2.1.3.3. A DMEE gerará o CRC e o encaminhará às licitantes via e-mail somente para conhecimento e arquivo, não sendo necessário reenviá-lo à DMEE para serem cadastradas. A própria DMEE ficará responsável por imprimir o CRC, assiná-lo e anexá-lo ao processo licitatório.

6. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CADASTRAMENTO - até as 17 (dezessete) horas do dia 02/08/2017:

6.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

6.1.1. Registro comercial, no caso de Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada - EIRELI;

6.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

6.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades empresárias, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2. Relativo à Regularidade Fiscal:

6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.2.2. Certidão conjunta de regularidade de débitos relativos a tributos federais e da dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93.

6.2.3. Certidão negativa de débitos referentes a tributos estaduais expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda.

6.2.4. Certidão negativa de débitos referentes a tributos municipais expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças da sede da licitante.

6.2.5. Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS).

Nota: Para apresentação das certidões exigidas nos subitens 6.2.2, 6.2.3. e 6.2.4. poderá ser observado o disposto no artigo 206 do Código Tributário Nacional.

6.3. Relativo à Qualificação Econômica Financeira:

6.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão da TOMADA DE PREÇOS, se outro prazo não constar do documento.

6.4. Relativa a Regularidade Trabalhista consistirá em:

6.4.1. Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos do Art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

6.5. Demais Documentos

6.5.1. Caso o licitante seja micro ou pequena empresa, deverá entregar também nesta fase, junto com todos os documentos relacionados no item 6, a Declaração constante no **ANEXO IV**, constando que preenche os requisitos da LC 123/2006, para se beneficiar dos privilégios desta norma.

7. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES ➔ 01: HABILITAÇÃO, 02: PROPOSTAS e 03: AUSÊNCIA NA SESSÃO

7.1. Os envelopes deverão ser protocolados até às **09h00min** do dia **07/08/2017** na sessão de protocolo da DME Energética S.A. - DMEE, à Rua Amazonas, nº 65 – **2º**

Andar – Centro de Poços de Caldas – MG, CEP: 37701-008, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados constar o nome da empresa licitante e os dizeres:

ENVELOPE Nº. **01** – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2017
DME ENERGÉTICA S/A – DMEE

"NÃO ABRIR ANTES DA SESSÃO"

ENVELOPE Nº. **02** – PROPOSTA COMERCIAL
TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2017
DME ENERGÉTICA S/A – DMEE

"NÃO ABRIR ANTES DA SESSÃO"

ENVELOPE Nº. **03** – AUSÊNCIA NA SESSÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2017
DME ENERGÉTICA S/A – DMEE

"NÃO ABRIR ANTES DA SESSÃO"

7.1.1. Os envelopes nº. 01, 02 e 03, concernentes aos Documentos de Habilitação, Proposta Comercial e Ausência na Sessão, deverão ser entregues devidamente fechados e indevassáveis, à Comissão Julgadora, que os receberá no local, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

7.2. ENVELOPE Nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

7.2.1. O envelope de documentação de habilitação deverá conter os documentos abaixo relacionados, com validade na **data da abertura** especificada no preâmbulo deste Edital:

7.2.1.1. Relativo à Qualificação Técnica:

7.2.1.1.1. Prova de inscrição ou registro da **LICITANTE** junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA) competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com objeto desta licitação, devidamente regular.

7.2.1.1.2. Prova de inscrição ou registro do(s) **RESPONSÁVEL(eis) TÉCNICO(s)** junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA) competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com objeto desta licitação, devidamente regular.

7.2.1.1.3. Atestado (s) expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o **RESPONSÁVEL(eis) TÉCNICO(s)** citado no subitem 7.2.1.1.1. executou serviços de ELABORAÇÃO DE PLANO DE SEGURANÇA PARA BARRAGENS, devidamente acervado/averbado no CREA;

7.2.1.1.4. Atestado (s) expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o **RESPONSÁVEL(eis) TÉCNICO(s)** citado no subitem 7.2.1.1.1. executou serviços de ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA BARRAGENS, devidamente acervado/averbado no CREA.

7.2.1.1.4.1. Poderá ser apresentado apenas um atestado, desde que o mesmo contemple/comprove a execução de todos os

serviços exigidos acima, tanto para a Licitante quanto para o Responsável Técnico.

7.2.1.1.4.2. A equipe técnica da DMEE analisará todos os atestados, para verificação se os serviços prestados, constantes dos mesmos, ainda que com nomenclatura diferente, atendem às exigências constantes dos itens anteriores, com possível abertura de diligências.

7.2.1.1.4.3. A licitante deverá apresentar, **EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS DA ASSINATURA DO CONTRATO,** a(s) declaração(ões) individual(ais) de cada profissional(ais) detentor(es) do(s) atestado(s) acima mencionado(s), **autorizando sua inclusão, como responsável técnico, na equipe técnica (ANEXO XII)**, assim como a **relação da equipe técnica (ANEXO XIII)** e que irá participar da execução dos serviços em questão, conforme modelos constantes no ANEXO XII e XIII.

NOTA: Em todo(s) os atestado(s)/declarações apresentado(s) deverá(ão) constar o endereço e telefone da declarante. O(s) atestado(s)/declarações deverá(ão) ser assinado(s) por seus representantes legais, se reservando a Comissão Julgadora o direito de promover diligências para esclarecimentos que julgarem pertinentes, como previsto no § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93.

7.2.1.2. DECLARAÇÕES

7.2.1.2.1. **Certificado de Regularidade Cadastral – CRC**, (DMEE irá anexar no processo caso a licitante tenha obtido o CRC para essa TP);

7.2.1.2.2. Declaração que não há restrições para participação, em conformidade com o **ANEXO V**.

7.2.1.2.3. Declaração de cumprimento ao disposto no Art. 27, de acordo com o **ANEXO VI** deste Edital de Tomada de Preços.

7.2.1.2.4. Declaração de dirigentes, em conformidade com o **ANEXO VII**.

7.2.1.2.5. Declaração com as informações para contato com a licitante, conforme **ANEXO VIII**, caso a licitante não esteja presente no ato da licitação.

7.2.1.2.6. Declaração conforme **ANEXO IX** do Edital, com os dados para preenchimento contratual.

7.2.1.2.7. Declaração de que, após a emissão do Certificado de Registro Cadastral – CRC, não ocorreu fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93, conforme modelo constante no **ANEXO XI** deste Edital de Tomada de Preços.

7.2.2. **As certidões, atestados e demais documentos poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticado por Cartório competente ou por pessoa responsável, da DME Energética S/A – DMEE devidamente designada para este fim.**

7.2.3. A Comissão Permanente poderá confirmar a autenticidade dos documentos apresentados extraídos pela Internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

7.2.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser específicos da matriz ou filial do licitante, não sendo aceita parte de documentos de uma e parte de outro, sob pena de inabilitação do licitante, ressalvados os seguintes casos:

7.2.4.1. Se o licitante participante for a matriz, somente serão aceitos os documentos em nome da matriz;

7.2.4.2. Se o licitante participante for a filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, com exceção daqueles que comprovadamente sejam passíveis de emissão apenas e tão somente em nome da matriz.

7.2.5. No caso de documentos que podem ser consultados / extraídos via Internet, a Comissão Permanente, se reserva do direito de, no ato da abertura do envelope de documentação, caso haja documentos vencidos em virtude da data de postagem dos envelopes e/ou vencidos no período de cadastramento, e/ou por outro motivo legalmente justificável, verificar a validade destes (via Internet) durante a sessão.

7.2.6. Os documentos consultados, e que estiverem dentro da validade, serão impressos pela Comissão Permanente, e considerados válidos para a habilitação da licitante em questão, na presente licitação.

7.2.7. A não apresentação de quaisquer dos documentos solicitados acima, implicará na inabilitação da licitante.

7.3. ENVELOPE Nº. 02 – PROPOSTA COMERCIAL

7.3.1. A proposta a ser enviada, deverá ser apresentada em 01 (uma) via sem emendas, rasuras, entrelinhas ou condições escritas à margem, datada e assinada na última folha pelo representante legal ou pessoa credenciada, acondicionados em envelope timbrado da empresa, ou identificado sobre

qualquer forma de impressão, fechado de forma indevassável e protocolado, e que contemplem, no mínimo, as informações contidas no modelo de Proposta Padronizada constante no **ANEXO III.**

8. DO CREDENCIAMENTO PARA A LICITAÇÃO (somente para licitantes com representante presente na sessão)

8.1. O documento relativo ao **credenciamento** deverá ser entregue à Comissão Julgadora, na abertura da sessão, SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES 1 e 2, acompanhado de documento original com foto que identifique o credenciado, (original e cópia simples, ou cópia autenticada). O documento que comprove o credenciamento será retido pela Comissão Julgadora e juntado ao processo licitatório, sendo que o original que identifica o credenciado será devolvido a ele, após as devidas conferências.

8.2. Em se tratando de SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMELHADO, deverá ser apresentado o **Estatuto** ou **Contrato Social** (original e cópia simples, ou cópia autenticada), juntamente com a(s) alteração(ões) que comprove(m) sua capacidade de representação legal. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da Ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.

8.3. Em se tratando de PROCURADOR, o credenciamento deverá ser feito através da apresentação de **Instrumento Público** ou **Particular de Mandato (Procuração)**, neste último caso com firma reconhecida em cartório, outorgando expressamente poderes para se manifestar pelo Licitante, dar declarações, receber intimação, interpor e renunciar recurso, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Licitante.

8.3.1. A **Procuração por Instrumento Particular** deverá ser acompanhada do Contrato Social e suas alterações ou com o Estatuto Social e a Ata de eleição da Diretoria em exercício, e ter, no mínimo, as disposições constantes no modelo de Declaração de Credenciamento, constante no **ANEXO X (fora dos envelopes 1 e 2)**.

8.4. A não apresentação ou incorreção nos documentos de credenciamento a que se referem os subitens acima, não excluirão o Licitante do certame, mas impedirão o seu representante de se manifestar pela entidade, bem como praticar qualquer outro ato inerente a este procedimento.

8.5. O credenciado poderá, a qualquer tempo, ser substituído por outro, desde que apresente os documentos de credenciamento relativos ao novo representante, porém observada a restrição de que não será admitida a participação de um mesmo representante legal e/ou procurador para mais de uma licitante.

8.6. Os interessados em acompanhar a sessão da licitação em questão, que não tenham sido credenciados, poderão fazê-lo desde que não interfiram, de modo algum, no bom andamento dos trabalhos.

9. Da Ausência de Representante e do Envio de Envelopes

9.1. Caso o licitante não se apresente para participar na sessão ele poderá **encaminhar sua documentação / envelopes 01, 02 e 03 via postal** ou protocolá-los pessoalmente na sede da DMEE, com preços e condições imutáveis (prevalecendo os apresentados na proposta) sendo excluso do direito de interposição de recursos sobre qualquer fase da licitação. Neste caso, é imprescindível que a mesma envie:

9.1.1. **3º ENVELOPE** – "AUSÊNCIA NA SESSÃO", DISTINTO dos envelopes de proposta comercial e habilitação, devidamente identificado com os dados da licitante e da licitação em questão, contendo:

a) Cópia autenticada do Ato Constitutivo da licitante.

b) Declaração de Ausência na Sessão nos moldes do ANEXO VIII.

NOTA: Todas as declarações deverão estar devidamente rubricadas e assinadas por seu representante legal.

9.2. **DOCUMENTOS / DEMAIS OBRIGAÇÕES**

9.2.1. **APRESENTAR**, sob pena de sanções especificadas na Minuta Contratual, **EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS DA ASSINATURA DO CONTRATO,** todos os documentos abaixo relacionados, simultaneamente:

9.2.1.1. DECLARAÇÃO do(s) profissional(is) indicado(s) como **RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)**, de que concorda com sua inclusão na equipe técnica e que irá participar da execução dos serviços em questão, conforme **ANEXO XII**.

NOTA: O(s) profissional(is) que alude(m) o item acima, após a apresentação dos documentos de capacidade técnica acima exigidos, estará(ão) automaticamente indicado(s) como responsável(is) técnico(s) da Contratada para a prestação de serviços objeto da presente licitação.

9.2.1.2. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) que integra(m) a **EQUIPE TÉCNICA,** e do(s) **RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S),** para prestação dos serviços, ou da relação jurídica, que deverá ser feita através de:

9.2.1.2.1. **trabalhista**: comprovado por meio de apresentação de cópia autenticada de ficha de registro de empregado ou anotação na CTPS, por exemplo; e/ou

9.2.1.2.2. **contratual**: comprovado por meio de apresentação de cópia autenticada de instrumento de contrato de prestação de serviços, sendo vedada a vinculação deste instrumento com o objeto desta licitação; e/ou

9.2.1.2.3. **societário**: comprovado por meio da verificação do nome do responsável técnico no ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, desde que

denote uma ligação de caráter não eventual desse profissional com o interessado na licitação.

9.2.1.3. **DECLARAÇÃO** indicando o nome dos profissionais que realizarão os serviços (Equipe Técnica), objeto desta licitação, conforme **ANEXO XIII**.

10. – ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

10.1. O presente Edital será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido nos Arts. 43 e 45 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. A responsabilidade pela licitação, objeto do presente Edital caberá a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Diretor Superintendente da DMEE através da Portaria nº. 008/2016, para esse fim.

10.3. Na data, local e hora designados no preâmbulo deste Edital, na presença das proponentes ou seus representantes que comparecerem e demais pessoas interessadas, a Comissão Permanente de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes de Documentação e Proposta Comerciais, devidamente protocolados dentro do horário determinado, os quais serão rubricados, procedendo a seguir com o credenciamento dos representantes presentes.

10.4. A Comissão Permanente de Licitação passará a examinar os documentos comprobatórios da legalidade de representação dos licitantes presentes, designando neste ato os representantes efetivamente credenciados para o certame.

10.5. Quando o representante estiver presente, mas não estiver sido credenciado por algum motivo, ele poderá acompanhar a sessão pública da licitação, porém, ficará impossibilitado de se manifestar pela representada, não devendo, portanto, interferir de modo algum, no bom andamento dos trabalhos.

10.6. **Abertura dos envelopes "Documentação"**

10.6.1. Os documentos contidos no envelope nº. 01 serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes credenciados.

10.6.2. **Critério para fins de julgamento da documentação**

10.6.2.1. Serão inabilitadas da presente licitação, as proponentes que apresentarem documentação incompleta, e/ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamento em partes essenciais, sem a devida ressalva, constando esse fato e motivo que lhe deu causa.

10.6.2.2. Se **todas as proponentes forem inabilitadas**, a Administração poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação, escoimadas da causa que ensejou a inabilitação, de acordo com a disposição constante no Art. 48 da Lei nº. 8.666/93.

10.6.2.3. Ocorrendo **desistência expressa de recursos** à habilitação ou inabilitação, por parte dos representantes legais ou credenciados presentes, a Comissão Permanente de Licitação registrará o fato em Ata, devolverá aos participantes presentes inabilitados os Envelopes nº. 02, ainda fechados, e procederá a abertura dos envelopes nº. 02 dos participantes habilitados.

10.6.2.4. **Não havendo desistência expressa**, o conteúdo dos envelopes nº. 01 abertos serão juntados ao processo administrativo e os envelopes nº. 02 serão devidamente rubricados pela Comissão Permanente de Licitação e pelas licitantes presentes, permanecendo sob custódia das

empresas DME, até a abertura em outro ato público, após publicação para convocação dos licitantes.

10.6.2.5. Na impossibilidade de se realizar o julgamento durante a sessão de abertura, a mesma será suspensa pela Comissão Permanente de Licitação, designando-se a data para a divulgação do resultado, depois de publicado no Diário Oficial para conhecimento de todas as proponentes.

10.7. **Abertura dos envelopes "Proposta Comercial"**

10.7.1. Os envelopes "Proposta Comercial" das proponentes habilitadas serão abertos a seguir, no mesmo local, pela Comissão Permanente de Licitação, desde que haja renúncia expressa de todas as proponentes de interposição de recursos de que trata o Art. 109, I, "a", da Lei nº. 8.666/93. Caso contrário, a data da abertura será comunicada às proponentes através de publicação no Diário Oficial, depois de decorrido o prazo de interposição ou julgado o recurso interposto.

10.7.2. Uma vez abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões, uma vez que as referidas propostas não poderão ser devolvidas após a fase de habilitação.

10.7.3. As Propostas, juntamente com o Cronograma Físico – Financeiro, contidos no envelope nº. 02 serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, pelo apoio técnico das empresas DME, bem como pelos proponentes ou seus representantes presentes.

10.7.4. **Critério para fins de julgamento da proposta comercial**

10.7.4.1. Não serão aceitas propostas ou documentos enviados via fax ou e-mail.

10.7.4.2. Não serão consideradas as propostas que contenham condições contrárias às estabelecidas por este Edital e seus anexos.

10.7.4.3. As propostas cujo valor global total não esteja de acordo com o atualmente praticado no mercado, inexequíveis, irrisórios ou de valor zero, serão ANALISADAS e poderão ser DESCLASSIFICADAS pela Comissão Permanente e apoio técnico, nos termos do artigo 44 da Lei nº 8.666/93.

10.7.4.4. As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação, que fará a classificação pela ordem crescente dos preços ofertados, **CLASSIFICADAS PELO MENOR VALOR GLOBAL TOTAL.**

10.7.4.5. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital.

10.7.4.6. Durante os trabalhos de julgamento, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar quaisquer esclarecimentos complementares dos licitantes, inclusive quanto à retificações em sua Planilha de Preços, quando for o caso, conforme apontamentos pela análise técnica, sob pena de desclassificação.

10.7.4.7. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e verificada a absoluta igualdade de condições, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio, em ato público, para o qual as proponentes serão convocadas. Nesse caso, o objeto do certame será adjudicado à proponente vencedora do sorteio.

10.7.4.8. Se todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar o prazo de **08 (oito) dias úteis**

para apresentação de outras propostas, escoimadas das causas referidas no Art. 48 da Lei nº. 8.666/93.

10.7.4.9. O resultado da classificação será publicado, para fins de prazo para interposição de recursos contra a classificação ou desclassificação.

10.8. A Comissão Permanente de Licitação encaminhará às Autoridades competentes das empresas licitadoras, o processo de licitação composto nos termos da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, para sua adjudicação e homologação.

10.9. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

10.10. Das fases da licitação, ou seja, da abertura do envelope nº. 01 – Documentação e nº. 02 – Proposta Comercial, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Permanente e pelas proponentes presentes, devendo toda e qualquer manifestação ser feita durante os trabalhos de abertura, através de pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Será facultado aos licitantes, a interposição de recursos nos termos do art.109, da Lei 8.666/93, conforme situação, prazos e condições ali estabelecidos, decaindo do direito, se ultrapassados os prazos previstos.

11.2. Os recursos serão dirigidos formalmente via postal ou protocolados pessoalmente nas empresas DME, à Comissão de Licitação que poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão, ou neste mesmo prazo encaminhá-los à autoridade superior das respectivas empresas licitadoras, para a decisão, que também será proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.2.1. O prazo para interposição de recursos e apresentação de contrarrazões será de 05 (cinco) dias úteis, respectivamente, sendo considerada para tal, a **data de chegada na DMEE e/ou a data de postagem.**

11.2.1.1. Os recursos e/ou contrarrazões enviados à sede das empresas DME, deverão ser digitalizados juntamente com o comprovante de envio/remessa às empresas DME, e enviados ao e-mail ao licita@dmee.com.br e fgeneroso@dmee.com.br para agilizar a análise dos mesmos.

11.3. Não será conhecido o recurso/contrarrazões fora do prazo legal e das condições acima estabelecidas.

11.4. Os recursos interpostos às decisões proferidas pela Comissão Permanente, somente serão acolhidos nos termos da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. Será facultada a qualquer cidadão, a impugnação ao edital, nos termos do art. 41, da Lei 8.666/93, conforme situação e condições ali estabelecidos, podendo fazê-lo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data da abertura dos envelopes, sendo que decairá do direito de impugnar os termos do edital o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

12.2. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações serão dirigidas formalmente à Comissão Permanente que deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, julgá-las e respondê-las.

12.3. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital poderão ser protocolados diretamente nas empresas DME, encaminhadas via postal ou via e-mail, observando o seguinte:

12.3.1. A Administração poderá, a seu critério, se necessário, conferir a autenticidade do documento junto ao remetente, ficando nessa hipótese suspensos os prazos;

12.3.2. O licitante que fizer uso dos meios de comunicação que não via postal deve declarar, expressamente, que aceita, pela mesma via, a resposta e qualquer comunicação;

12.3.3. Para envio de e-mail, enviar para: fgeneroso@dmee.com.br , e confirmar **OBRIGATORIAMENTE** o envio através do(s) telefone(s) (35) 3716-9223 ou 3716-9228 – setor de licitações das empresas DME, considerando-se não recebido o dirigido a qualquer outro endereço e sem confirmação;

12.3.4. A Administração não se responsabilizará por problemas de comunicação que ocorrerem.

12.4. Não será conhecida a impugnação fora do prazo legal e das condições acima estabelecidas.

12.5. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o interessado de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

13. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

13.1. Por força da LC nº. 123/2006, as microempresas – ME e as empresas de pequeno porte – EPP, que tenham interesse em participar deste certame, deverão observar os procedimentos a seguir:

13.1.1. Caso o licitante seja micro ou pequena empresa, deverá apresentar no ato do **CADASTRAMENTO (até 03 dias antes da sessão)**, a Declaração constante no **ANEXO IV**, constando que preenche os requisitos da LC 123/2006, para se beneficiar dos privilégios destas normas;

13.1.2. Em caso de declaração falsa, além das cominações penais previstas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro para falsidade ideológica, o licitante estará sujeito às penalidades impostas na Lei 8.666/93 sem prejuízo da ação reparatória civil;

13.1.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.1.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério das empresas licitadoras, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

13.1.5. A contagem do prazo acima citado terá início no dia em que o licitante for declarado vencedor do certame, observado o disposto no Art. 110 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

13.1.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 13.1.4. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado às empresas licitadoras convocarem os remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogarem a licitação.

13.1.7. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as micros e pequenas empresas.

13.1.8. Entende-se por empate situações em que os preços finais apresentados pelas micro e pequenas empresas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço.

13.2. Para efeito do disposto no item acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

13.2.1. A micro ou pequena empresa mais bem classificada terá oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após o encerramento da sessão, sob pena de preclusão (perda do direito de fazer nova proposta).

13.2.1.1. Não ocorrendo a contratação da micro ou pequena empresa nos casos dela não ofertar nova proposta cobrindo o valor considerado melhor oferta válida ou a não apresentação da documentação em tempo hábil, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.2.1.2. Na hipótese da não contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

14. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS / ASSINATURA

14.1. Os Contratos a serem celebrados entres as Empresas Licitadoras e a licitante vencedora obedecerão ao modelo constante do **ANEXO II** deste Edital e se subordinarão à Legislação que rege a matéria.

14.2. A adjudicatária terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, por fax ou e-mail, para assinar os seguintes Contratos de Prestação de Serviços:

Contrato 1: Contrato de Prestação de Serviços, a ser celebrado com a DME Distribuição S.A. – DMED, tendo por objeto a prestação dos serviços ref. aos barramentos: Barragem do Cipó, PCH Ubirajara Machado de Moraes e UHE Walter Rossi, conforme **ANEXO II**;

Contrato 2: Contrato de Prestação de Serviços, a ser celebrado com a DME Energética S.A. – DMEE, tendo por objeto a prestação dos serviços ref. aos

barramentos: UHE Eng Pedro Affonso Junqueira e PCH Padre Carlos, conforme **ANEXO II**.

14.3. Os Contratos de Prestação de Serviços deverão ser firmados por representante legal da empresa vencedora ou por procurador com poderes para tal, mediante comprovação através de contrato social ou instrumento equivalente e procuração, respectivamente, juntamente com cópia de cédula de identidade do signatário.

14.4. O licitante vencedor terá o prazo de **08 (oito) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação, por e-mail, para assinar os Contratos de Prestação de Serviços.

14.5. É facultado à Administração transferir a adjudicatária às proponentes remanescentes, nas condições do Art.64, § 2º, da Lei 8.666/93.

14.6. A recusa da adjudicatária em assinar os contratos dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelas empresas licitadoras, a impedirá de participar de novas licitações no Município pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, além da aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor total de sua proposta, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

14.7. No ato da assinatura dos Contratos, a proponente deverá apresentar:

14.7.1. Cópia autenticada do estatuto ou contrato social da empresa e eventuais alterações que envolvem sua representação legal.

14.7.2. Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizados, através do estatuto ou contrato social.

14.8. Os Contratos de Prestação de Serviços serão regidos pelos preceitos de direito público, de acordo com a Lei 8.666/93, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15. DO FORO

15.1. Para dirimir eventuais questões resultantes desta contratação, não resolvidas na esfera administrativa, as partes elegem o Foro da Comarca de Poços de Caldas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As empresas licitadoras reservam-se o direito de aceitar a proposta, bem como invalidar a presente licitação, caso a mesma não venha a atender aos seus legítimos interesses, sem que tal fato gere qualquer indenização aos participantes.

16.2. Os casos omissos e eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários em relação a este Edital, bem como seus anexos, deverão ser dirigidos formalmente à Comissão Permanente de Licitação, através do e-mail: fgeneroso@dmee.com.br.

16.3. Além das disposições expressas neste Edital de Tomada de Preços e seus anexos, as propostas sujeitam-se às legislações vigentes.

16.4. É facultado à Comissão Permanente, apoio técnico ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer e/ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

16.5. Fica entendido que o Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido, sendo os casos duvidosos e/ou omissos resolvidos a inteiro critério da Comissão Permanente.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e as Empresas Licitadoras não serão, em nenhum caso, responsáveis por estes custos, independente do resultado do processo licitatório.

16.7. A apresentação dos envelopes pelos licitantes implicará em aceitação automática e irrestrita de todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, inclusive no que diz respeito ao conhecimento e aplicação das disposições do Código de Ética das empresas DME.

16.8. Os licitantes são os únicos responsáveis pela veracidade das informações prestadas, e pela autenticidade dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.9. Fica assegurado às Empresas Licitadoras o direito de, por razões de interesse público, revogar, a qualquer tempo, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

16.10. Os Contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo das partes.

16.11. Maiores esclarecimentos referentes ao objeto deste Edital de Tomada de Preços poderão ser prestados pela Presidente da Comissão Permanente, através do e-mail fgeneroso@dmee.com.br, até o segundo dia útil anterior ao previsto para entrega das propostas.

16.12. Em caso de eventuais discrepâncias, valem os documentos na seguinte ordem:

16.12.1. CONTRATO;

16.12.2. Edital e seus anexos;

16.12.3. Documentos da CONTRATADA.

16.13. Serão responsáveis pela condução dos trabalhos referentes a este certame os membros abaixo citados, todos nomeados através da Portaria nº. 008/2016:

Fabiana Dias Generoso de Oliveira (Presidente)
Mara Rubia dos Reis (Membro)
Michelle Esteves Gonzales (Membro)
Ana Lúcia Sassaron Sanches (Suplente)

Poços de Caldas, 14 de julho de 2017.

Fabiana Dias Generoso de Oliveira
(Presidente)

Mara Rubia dos Reis
(Membro Efetivo)

Michelle Esteves Gonzales
(Membro Efetivo)

Analisado e Aprovado nos termos do parágrafo único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93

_____ – OAB/MG _____

ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Diagnóstico e Elaboração do Plano de Segurança e Plano de Ação de Emergência das Barragens dos Aproveitamentos Hidrelétricos das empresas DME

1 - OBJETIVO

Esta especificação apresenta as diretrizes e critérios para o fornecimento de proposta comercial para o Diagnóstico e Elaboração do Plano de Segurança (PS) e Plano de Ação de Emergência (PAE) das Barragens dos Aproveitamentos Hidrelétricos das empresas DME, de acordo com as diretrizes da Lei nº 12.334 de 20 de dezembro de 2010, da Resolução Normativa ANEEL nº 696 de 15 de dezembro de 2015 e Edital da Tomada de Preços 002/2017.

2 – DAS BARRAGENS

As barragens das empresas DME, objeto da licitação Tomada de Preços 002/2017, são as seguintes:

Contratante	Barramento	Ano de instalação da Barragem	Compr. (m)	Altura máx. (m)	Material	Volume armazenado (m³)	Área alagada (km²)	Potência Instalada (MW)
DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED	Barragem do Cipó	1999	580,0	27,0	terra	32.000.000	4,500	0
	PCH Ubirajara Machado de Moraes (Véu das Noivas)	1983	55,0	5,0	concreto	4.500	0,006	0,9
	UHE Walther Rossi (Antas II)	1998	86,0	1,8	concreto	19.000	0,010	16
DME ENERGÉTICA S.A. - DMEE	PCH Padre Carlos (Rolador)	2003	170,0	8,1	concreto	920.000	0,280	7,8
	UHE Eng. Pedro Affonso Junqueira (Antas I)	2009	87,1	3,0	concreto	20.515	0,012	8,78

O desenho DMED nº UD-015/2001 apresenta a localização de cada um desses empreendimentos.

3 – DADOS EXISTENTES

À licitante vencedora serão fornecidos os seguintes documentos, após a assinatura do Contrato:

- Projetos existentes das barragens do Cipó, Véu das Noivas, Antas I, Antas II e Rolador.

- Série hidrológica original utilizada nestes empreendimentos;
- Levantamento aerofotogramétrico do município de Poços de Caldas, efetuado em 1997, em arquivo DWG, na escala 1:10.000, com curvas de nível a cada 10 m;
- Levantamento aerofotogramétrico da área urbana do município, efetuado em 1997, em arquivo DWG, na escala 1:2.000, com curvas de nível a cada 1 m;

4 – ESCOPO DOS SERVIÇOS

4.1 – Diagnóstico Geral das barragens

Deverá ser efetuado um diagnóstico de cada uma das barragens dos cinco empreendimentos das empresas DME, contemplando, no mínimo, os seguintes itens:

4.1.1 – Inspeção detalhada e adequada do local de cada barragem e de suas estruturas associadas (estrutura principal, estruturas extravasoras, equipamentos hidromecânicos e instrumentação, quando for o caso).

4.1.2 – Reavaliação da barragem e do projeto existente, de acordo com os critérios de projeto vigentes. Esta reavaliação deverá contemplar:

a. Recuperação dos registros de construção, para determinar se a barragem foi construída em conformidade com as hipóteses de projeto e verificar a adequabilidade da sua estrutura e dos materiais de fundação;
b. Avaliação da estabilidade e adequação estrutural, flutuação, deslizamento em qualquer plano da estrutura ou fundação, tombamento, resistência à percolação e erosão de todas as partes dos barramentos, incluindo-se suas fundações, bem como quaisquer barreiras naturais sob condições de carregamentos, normais e extremos;
c. Avaliação da capacidade de todos os vertedores, canais e condutos hidráulicos para descarregar seguramente as vazões de projeto e a adequação desses, para suportar a vazão afluente de projeto e de esvaziamento do reservatório, caso necessário, em condições emergenciais;
d. Verificação do projeto de todas as comportas, válvulas, dispositivos de acionamento e controle de fluxo, incluindo-se os controles de fornecimento de energia ou de fluidos hidráulicos, para assegurar a operação segura e confiável;
e. Avaliação do comportamento da barragem frente a eventos extremos (sismos e cheias), considerando os eventos ocorridos a partir da construção da barragem;
f. Verificação da adequação das instalações para enfrentar fenômenos especiais que afetem a segurança, por exemplo, entulhos ou erosão, que podem ter sido insuficientemente avaliados na fase de projeto.

4.1.3 – Atualização das séries de vazões e estudos hidrológicos com a modelagem de cheias para TR 1.000 e 10.000 anos, e a confrontação destes com a capacidade dos dispositivos extravasores existentes, com indicação de ações e adequações nessas estruturas.

4.1.4 – Atualização das posições e quantidades de edificações e ocupações ao longo dos cursos d'água que deverão ser contemplados nestes estudos.

4.1.5 – Reavaliação da categoria de risco e dano potencial associado, determinado na classificação inicial da barragem.

4.1.6 – Emissão de ART atestando a situação das estruturas, juntamente com a entrega do Relatório Final.

Não será necessária a inspeção submersa destas barragens.

4.2 – Planos de Segurança das Barragens

Deverão ser elaborados os **Planos de Segurança (PS)** de cada um dos aproveitamentos inicialmente citados, com no mínimo os seguintes tópicos:

4.2.1 - Informações Gerais

a. Identificação do Empreendedor;
b. Caracterização do empreendimento;
c. Características técnicas do Projeto e da Construção;
d. Indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes;
e. Estrutura organizacional, contatos dos responsáveis e qualificação técnica dos profissionais da equipe de segurança da barragem;
f. Responsável pela regra operacional do reservatório;
g. Declaração da classificação da barragem quanto à categoria de risco e dano potencial;
h. Formulário de classificação da ANEEL;

4.2.2 - Documentação Técnica

a. Projeto básico e/ou executivo;
b. Projeto como construído (as built);
c. Manuais dos Equipamentos;
d. Licenças ambientais, outorgas e demais requerimentos legais.

4.2.3 - Planos e Procedimentos

a. Plano de operação, incluindo, mas não se limitando, à regra operacional dos dispositivos de descarga;
b. Procedimentos para atendimento às regras operacionais definidas pelo empreendedor ou por entidade responsável, quando for o caso.
c. Planejamento das manutenções;
d. Plano de monitoramento e instrumentação;
e. Planejamento das inspeções de segurança da barragem (manuais de procedimentos, roteiros de inspeções e monitoramento, e relatórios de segurança da barragem);
f. Cronograma de testes de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos.

4.2.4 - Registros e Controles

a. Registros de Operação;
b. Registros de Manutenção;
c. Registros de Monitoramento e Instrumentação;
d. Fichas e relatórios de Inspeções de Segurança de Barragens;
e. Registros dos testes de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos.

4.2.5 - Plano de Revisão Periódica

a. Inspeção detalhada da barragem e estruturas associadas;

b. Reavaliação do projeto existente de acordo com os critérios de projeto vigentes;
c. Reavaliação da categoria de risco e dano potencial associado;
d. Atualização das séries e estudos hidrológicos e confrontação desses estudos com a capacidade dos dispositivos de descarga existentes.
e. Reavaliação dos procedimentos de operação, manutenção, testes, instrumentação e monitoramento;
f. Reavaliação do Plano de Ação de Emergência-PAE, quando for o caso;
g. Revisões periódicas de segurança de barragem;
h. Relatório Final do estudo.

4.3 – Plano de Ação de Emergência – PAE

Deverá ser elaborado o Plano de Ação de Emergência – PAE somente para a Barragem do Cipó, e deverá conter no mínimo as informações abaixo, e estar de acordo com a Lei nº 12.334/2010, o Manual de Segurança e Inspeção de Barragens, do Ministério da Integração Nacional, e outras resoluções ou regulamentos emitidos pelos órgãos ou entidades fiscalizadoras de segurança de barragens:

4.3.1 – Situação da Barragem

a. Inspeção da barragem com um nível de detalhamento que permita a correspondente caracterização e a dos seus órgãos extravasores, instrumentação e acessos;
b. Identificação dos meios e recursos em situação de emergência;
c. Desenvolvimento de critérios para detecção, avaliação e classificação das situações de emergência para cada nível de resposta.

4.3.2 – Modelagem de Cheias e Traçado do Mapa de Inundação

a. Simulação da cheia induzida pela ruptura da barragem para o cenário de ruptura mais desfavorável, mas podendo ser adotado, quando devidamente justificado, o cenário de ruptura mais provável;
b. Simulação da cheia de dimensionamento do vertedouro;
c. Traçado do mapa de inundação preferencialmente sobre cartografia à escala de 1:25.000, podendo ser adotadas outras escalas, desde que apresentado e aprovado pelo DME,
d. O mapa de inundação ainda deverá ser acompanhado das seguintes informações:
   - Velocidades de arraste;
   - Tempos de chegada de onda de cheia;
   - Áreas atingidas;
   - Cotas e profundidades máximas de inundação;
   - Valor máximo do produto velocidade pela altura de água;
   - Duração das submersões;
   - Zonas de Auto Salvamento – ZAS.

4.3.3 – Avaliação do entorno

a. Traçado do mapa da Zona de Auto Salvamento - ZAS sobre cartografia em escala adequada e de fácil compreensão;
b. Caraterização do vale a jusante por observação remota da ocupação da área delimitada, tendo por base imagens de satélite ou, quando existente, cartografia temática a diferentes escalas;

c. Inspeção da ZAS para identificação, tipificação e levantamento das coordenadas das estruturas e pontos vulneráveis.

4.3.4 – Responsabilidades

a. Definição das responsabilidades gerais no PAE;
b. Definição das ações esperadas para cada nível de resposta;
c. Elaboração do plano de treinamento do PAE.

4.3.5 – Procedimentos de Comunicação

a. Definição dos procedimentos de notificação;
b. Definição do sistema de alerta à população;
c. Apoio ao DME nos contatos com os Órgãos de Defesa e Proteção Civil Municipal e/ou Estadual para apresentação e discussão de procedimentos de notificação e do sistema de alerta na ZAS;
d. Desenvolvimento de formulários direcionados para o PAE.

5 - NORMAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

Os trabalhos, objeto desta Especificação Técnica, deverão atender integralmente às leis, resoluções, instruções e normas técnicas vigentes no país, em especial as definidas para a Segurança de Barragens, elaboradas pelo Ministério da Integração Nacional, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pela Agência Nacional de Águas – ANA.

6 - COMPOSIÇÃO DO CUSTO PARA OS TRABALHOS

O custo para elaboração dos trabalhos objeto desta especificação deverá ser global, e em suas composições deverão ser consideradas todas as despesas necessárias para execução plena dos itens de serviço, tais como mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, fretes, insumos, taxas, impostos, tributos, Leis Sociais, ARTs, EPIs e EPCs, Encargos, BDI, despesas com transporte, alimentação e hospedagem de profissionais, etc.

Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada, se for devido a qualquer erro na interpretação, por parte da proponente.

7 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

A PROPONENTE se compromete a manter, por si, seus sócios, diretores, executivos, empregados, equipes, prestadores de serviços e representantes legais, confidencialidade em relação a todas as informações que ora lhe são confiados em razão do convite para apresentar proposta para o serviço aqui referenciado, não sendo permitida a transmissão de tais informações, agora ou no futuro, a quem quer que seja, independente da sua Contratação, ou não, para o serviço.

8 - VISITA TÉCNICA

Será concedida uma visita técnica nos locais das barragens, a ser agendada oportunamente, não obrigatória.

9 – APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

9.1 – Forma de Apresentação dos Documentos

Os arquivos de texto deverão ser elaborados no formato DOC para Word 2003, arquivos de planilhas no formato XLS para Excel 2003, e arquivos de desenho no formato DWG para AutoCAD versão 2007. Não serão aceitos arquivos do tipo PDF ou quaisquer outros que não sejam editáveis. Somente os memoriais de cálculo poderão ser fornecidos em arquivos tipo PDF ou de imagem.

Os desenhos deverão ser feitos de acordo com as normas da ABNT, e os formatos de papel deverão se limitar aos padrões A4, A3, A2 e A1. Só serão aceitos formatos padrão A0 para desenhos de implantação geral.

Sempre utilizar nos desenhos a fonte “ROMANS” ou "ARIAL", com altura não inferior a 2 mm.

9.2 – Definições para desenhos

As unidades e as escalas dos desenhos deverão ser indicadas em cada prancha apresentada.

Poderá ser utilizado o carimbo da empresa nos desenhos, desde que apresentado e aprovado pelo DME. Caso seja necessário, as empresas DME poderão solicitar o acréscimo ou supressão de campos neste carimbo.

Deverá ser colocada no arquivo de desenho, fora da área da prancha, uma tabela com a relação de cores e espessuras de pena (conforme exemplo abaixo), escala de plotagem, tamanho da prancha e o software utilizado, bem como a sua versão.

Espessura da pena	Cor padrão	Nº da pena no AutoCad
0,1	Vermelho (red)	1
0,2	Amarelo (yellow)	2
0,3	Verde (green)	3
0,4	Ciano (cyan)	4
0,5	Azul (blue)	5
0,6	Magenta (magenta)	6
0,1	Branco (White)	7
0,8	Cinza médio (8)	8
0,15	Coloridas	Demais penas

9.3 – Análise e aprovação dos projetos e documentos

Todos os documentos (textos, planilhas e desenhos) executados pela CONTRATADA deverão ser encaminhados à DMEE em uma via impressa para análise e verificação, ou outra forma a ser definida entre as partes na ocasião, e serão devolvidos num prazo máximo de 10 dias úteis, com as seguintes situações:

- **APROVADO**
  Esta situação significará que o documento está aprovado sem ressalvas e deverá ser arquivado para o envio final.

- **APROVADO COM OBSERVAÇÕES**
  Esta situação significará que o documento, apesar de aprovado, necessita receber alterações ou que ele não tenha se adequado completamente às determinações das empresas DME. Por isso, após os esclarecimentos ou correções observadas, deverá ser feito novo envio para análise.

- **DEVOLVIDO PARA CORREÇÕES**
  Esta situação significará que o documento não está aprovado. A Contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para correção. Após sua correção a CONTRATADA deverá encaminhar nova via impressa, ou outra forma a ser definida entre as partes na ocasião, para análise e verificação, e serão devolvidos num prazo máximo de 10 dias úteis, constando as situações citadas acima (Aprovado, aprovado com observações ou devolvido para correções).

Ainda que aprovados pela DME, a CONTRATADA deverá realizar às suas expensas, eventuais correções, alterações ou complementações que venham a ser solicitadas pela ANEEL ou ANA, durante a fase de aprovação dos Planos de Segurança e Planos de Ação de Emergência.

9.4 – Entrega do projeto final

O prazo para apresentação dos documentos/relatórios deverão obedecer ao previsto no Cronograma Físico-Financeiro- ANEXO XV do Edital de Tomada de Preços 002/2017, podendo sofrer alterações caso necessário, desde que devidamente justificado e aprovado pelas empresas DME.

O relatório final, contendo todos os documentos dos planos, deverá ser entregue em duas vias em meio magnético, através de CDs ou outro meio autorizado. Cada via deverá conter todos os textos, mapas, desenhos, memoriais de cálculo, especificações técnicas, ARTs, cronogramas, etc. Nos CDs deverão estar identificados o título do documento, especialidade, nome da empresa contratada e nome dos arquivos contidos.

Além da mídia magnética, deverão ser entregues também duas vias impressas dos planos. Ambas deverão estar assinadas pelos responsáveis pelo projeto e acondicionadas em pastas apropriadas, juntamente com as respectivas ARTs de cada profissional, com identificação de cada volume, títulos dos documentos, especialidades e nome da empresa contratada.

10 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1 – Fiscalização dos Serviços

Durante a realização dos trabalhos será facultado às empresas DME, às suas próprias expensas, a fiscalização para análise e acompanhamento dos serviços contratados em decorrência desta especificação. Neste caso, caberá à empresa CONTRATADA, sempre que solicitada, o fornecimento de todas as informações requeridas pela fiscalização, quanto ao andamento dos trabalhos, programações, resultados, dados de qualquer natureza, etc.

10.2 – Prazo de Execução

O prazo de execução dos serviços, contemplando a elaboração de todos os estudos, relatórios e projetos, será de **03 (três) meses**, a contar da emissão da ordem de serviço, de acordo com o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – ANEXO XV do Edital de Tomada de Preços 002/2017 das empresas DME, podendo esse prazo ser prorrogado de comum acordo entre as partes.

10.3 – Anotação de Responsabilidade Técnica

Deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis legais por cada estudo, laudo e projeto elaborado, para cada uma das barragens estudadas, juntamente com a emtrega do Relatório Final.

10.4 – Atestados de Capacidade Técnica

Deverá ser apresentado atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica, que comprove que o **Responsável Técnico** executou serviços de **Elaboração de Plano de Segurança para Barragens.**

Deverá ser apresentado atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica, que comprove que o **Responsável Técnico** executou serviços de **Elaboração de Plano de Ação de Emergência para Barragens.**

Obs.: Poderá ser apresentado apenas um atestado, desde que o mesmo contemple/comprove a execução de todos os serviços exigidos acima, tanto para a Licitante quanto para o Responsável Técnico.

10.5 – Pagamentos

Os pagamentos referentes aos serviços objeto dessa contratação serão efetuados mensalmente, em 03 parcelas distintas, mediante entrega e aprovação das etapas do projeto descritas anteriormente e conforme previsão constante no CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO anexo. Deverá ter a aprovação das empresas DME caso a licitante vencedora necessite de alguma alteração na entrega/conclusão das etapas do cronograma.

ANEXO II

TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

a) De um lado a .....**,** empresa pública, inscrita no CNPJ sob o nº ....., NIRE nº ..... e I.E. ....., com sede na Rua Amazonas, nº 65 - Centro – Poços de Caldas – MG, neste ato representada na forma seu Estatuto Social, doravante denominada **CONTRATANTE** ou ..... e,

b) de outro lado a ....., com sede na ....., inscrita no C.N.P.J. .....e I.E....., neste ato representada por....., CPF....., RG....., doravante denominada **CONTRATADA** ou .....,

Celebram, na melhor forma de direito, o presente Contrato de Prestação de Serviços vinculado ao Edital do **Tomada de Preços nº 002/2017**, cuja execução reger-se-á pela Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores, princípios gerais do direito público, e subsidiariamente princípios gerais de direito privado, vigentes e aplicáveis ao objeto da presente Contratação, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para **DIAGNÓSTICO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA (PS) E PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA (PAE) DAS BARRAGENS DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS** DA ....., DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DA LEI Nº 12.334 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010, E DA RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 696 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015, conforme Termo de Referência/Especificações Técnicas anexo.

1.1.1. Para melhor caracterização dos serviços ora contratados, bem como para melhor definir e explicitar as obrigações ora **CONTRATADA**, integram este **Contrato**, como se nele estivessem transcritos, exceto no que de forma diferente ficar aqui estabelecido, para todos os efeitos de direito, o CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO aprovado pela CONTRATANTE na fase de análise da Proposta Comercial, e os seguintes documentos do Edital de Tomada de Preços nº. 002/2017:

- ✓ ANEXO I → Termo de Referência - Especificações Técnicas
- ✓ ANEXO II → Minuta do Contrato
- ✓ ANEXO III → Proposta Comercial Padronizada
- ✓ ANEXO IV → Declaração Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte
- ✓ ANEXO V → Declaração que não há restrições para participação
- ✓ ANEXO VI → Declaração de Cumprimento do Art. 27
- ✓ ANEXO VII → Declaração de Dirigentes
- ✓ ANEXO VIII → Declaração de Ausência na Sessão
- ✓ ANEXO IX → Dados para Preenchimento de Contrato
- ✓ ANEXO X → Declaração de Credenciamento (Modelo de Procuração)
- ✓ ANEXO XI → Declaração de Inexistência de Fato Superveniente
- ✓ ANEXO XII → Declaração de Responsabilidade Técnica
- ✓ ANEXO XIII → Relação da Equipe
- ✓ ANEXO XIV → Desenho - Localização das usinas da DME
- ✓ ANEXO XV → Cronograma Físico - Financeiro

1.2. A prestação de serviços é adjudicada à CONTRATADA em decorrência do julgamento do Edital de Tomada de Preços nº. 002/2017, e segundo proposta da CONTRATADA e demais peças do processo de licitação que se incorporam a este instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA
DOS PREÇOS

2.1. O(s) preço(s) contratado(s) para execução dos serviços, conforme Proposta Comercial e Cronograma Físico - Financeiro (Anexo XV) apresentados são:

Valor Global Total:	**R$ _____(valor por extenso)**

A preços de _____2017.

2.2. O preço apresentado será fixo e irreajustável, no período da prestação dos serviços, e nele esta computados todos os custos básicos diretos, BDI's, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto da TOMADA DE PREÇOS nº. 002/2017, inclusive tributos (em especial o ISS – Imposto Sobre Serviços), contribuições incidentes, impostos e quaisquer outras despesas acessórias, necessárias, não especificadas na TOMADA DE PREÇOS mencionada, e demais concernentes à plena execução do objeto durante o prazo do contrato.

2.3. Considerar-se-á que o preço ofertado é completo, incluindo mão-de-obra, com inclusão de impostos, taxas, despesas diretas e indiretas, além, quando for o caso, das despesas: com transporte, alimentação e hospedagem dos funcionários, com mobilização e desmobilização, fornecimento de EPI´s (equipamentos de proteção individual), aluguéis, reprografia, veículos, combustíveis, demais despesas de escritório e de expediente, encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas acessórias, necessárias, não especificadas neste Edital. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada, se for devido a qualquer erro na interpretação, por parte da proponente.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato.

3.1.1. A critério da **CONTRATANTE** e com a anuência da **CONTRATADA**, este contrato poderá ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA
DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo máximo para execução do serviço objeto desta licitação é de **03 (três) meses**, a contar da data da Ordem de Serviço de prestação de serviço, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes.

4.1.1. A Contratada deverá cumprir o CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES COMPATÍVEL COM O PRAZO TOTAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DEFINIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – ANEXO I, conforme fases estipuladas no ANEXO XV, aprovado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1. Fica desde já facultado à CONTRATANTE o direito de gerir e fiscalizar a execução dos serviços quando julgar conveniente, não tendo tal ação o efeito de eximir a **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade quanto à execução dos serviços que presta.

5.2. A CONTRATANTE, através do **Sr. .....,** neste ato designado como **Gestor do Contrato**, administrará e gerenciará tal instrumento, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

5.2.1. Conferência de serviços efetivamente solicitados e executados;

5.2.2. Eventuais solicitações de pareceres técnicos/jurídicos;

5.2.3. Controle da vigência do Contrato e eventuais solicitações de aditivos, em tempo hábil para execução.

NOTA: Havendo necessidade, o gestor acima citado poderá formalmente designar outra pessoa para substituí-lo.

5.3. A CONTRATANTE, através do **Fiscal** do Contrato, **Sr. .....**, poderá fiscalizar diretamente os serviços em execução, com amplo acesso aos documentos que lhes digam respeito, bem como avaliar mensalmente o desempenho da **CONTRATADA**.

5.4. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE terá, em especial, poderes para:

5.4.1. Conferência de Notas Fiscais e liberação de pagamentos;

5.4.2. Elaboração de relatórios de controle e demais documentos necessários à plena fiscalização do Contrato;

5.4.3. Sustar a execução de qualquer serviço que esteja sendo realizado em desacordo com o Contrato, normas, projetos, materiais aplicados ou sua orientação. O serviço recusado deverá ser refeito ou corrigido às expensas da **CONTRATADA**;

5.4.4. Dirimir qualquer questão, dúvida, omissão ou conflito surgido em relação aos serviços, inclusive quanto a seus aspectos técnicos. Nos casos de omissão dos desenhos e especificações, caberá à fiscalização da CONTRATANTE fornecer os detalhes e informações necessárias para o prosseguimento dos trabalhos;

5.4.5. Controlar o andamento dos trabalhos em relação aos cronogramas, quando for o caso, opinando ou decidindo sobre suas prioridades;

5.4.6. Conferir se a prestação dos serviços está de acordo com o exigido no Edital de Tomada de Preços 002/17;

5.4.7. Acompanhar a execução dos serviços de acordo com o **Contrato** podendo recusar qualquer trabalho ou equipamento de má qualidade fornecido pela **CONTRATADA** ou que não esteja de acordo com as normas determinadas no projeto e/ou especificações;

5.4.8. Aprovar previamente os processos de trabalho propostos pela **CONTRATADA**, aceitando eventuais alterações na sequência dos trabalhos, que possam representar melhoria de qualidade ou economia de tempo;

5.4.9. Determinar à **CONTRATADA** que seja afastado do grupo de trabalho designado para a execução dos serviços, todo e qualquer trabalhador que estiver prejudicando o bom andamento dos trabalhos, cuja permanência no serviço vier a ser considerada inconveniente, ou ainda cuja capacidade profissional não atenda às condições do serviço ou às Normas de Segurança do Trabalho, devendo a **CONTRATADA** providenciar a sua imediata substituição;

5.4.10. Determinar à **CONTRATADA**, a abstenção do uso pelo grupo de trabalho designado para a execução dos serviços de quaisquer equipamentos e/ou materiais que julgar inadequados;

NOTA: Havendo necessidade, o fiscal acima citado poderá formalmente designar outra pessoa para substituí-lo.

5.5. A gestão/fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exime, em hipótese alguma, a responsabilidade da **CONTRATADA** prevista nos artigos 186 e 927 do Código Civil Brasileiro, pela perfeição técnica dos serviços executados, bem como dos materiais empregados de fornecimento da **CONTRATADA**. O fato dos serviços não serem executados de acordo com as normas e/ou especificações, não significa tolerância ou aquiescência por parte da fiscalização daCONTRATANTE. Os erros devem ser evitados e caso ocorram, imediatamente corrigidos.

5.6. A presença da fiscalização da CONTRATANTE não elimina, nem atenua, a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto a qualidade e responsabilidade pelos serviços prestados e ao cumprimento de suas obrigações contratuais legais.

5.7. Aplicam-se ainda, sem prejuízo ao disposto nos itens citados acima, para efeito de fiscalização, a solicitação de documentos relativos a eventuais responsabilidades previstas na Súmula nº. 331 do TST.

CLÁUSULA SEXTA
DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Além das demais obrigações descritas no Edital de Tomada de Preços nº 002/2017, em seus anexos, e neste Contrato, constituem obrigações da **CONTRATADA:**

6.1.1. Fornecer mão-de-obra e prestar os serviços conforme especificações descritas na TOMADA DE PREÇOS nº. 002/2017 e seus anexos;

6.1.2. Fornecer veículos, transporte, alimentação, EPI´s, bem como se responsabilizar pelo pagamento de todos os encargos financeiros, trabalhistas e fiscais;

6.1.3. Atender todas as normas técnicas e regulamentadoras aplicáveis a prestação de serviços objeto da TOMADA DE PREÇOS 002/2017, assumindo inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços;

6.1.4. Se responsabilizar pela qualidade dos serviços, providenciando eventuais ajustes, caso necessário, antes da entrega do objeto à CONTRATANTE;

6.1.5. Informar à CONTRATANTE quaisquer alterações (admissões/demissões) que vierem a ocorrer no efetivo de pessoal durante a execução dos serviços. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à fiscalização através de ofício protocolado no setor de protocolos da CONTRATANTE e desde que esse colaborador tenha as qualificações técnicas necessárias;

6.1.6. Comunicar à Contratada todas as políticas internas da empresa, bem como comunicá-los sobre as mudanças que venham a acontecer no decorrer do Contrato;

6.1.7. Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e posturas municipais sobre a execução de serviços em locais públicos;

6.1.8. Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho, e ainda as normas referentes ao Meio Ambiente, bem como as demais

normas trabalhistas, tais como, pagamento de verbas e encargos trabalhistas dos seus contratados;

6.1.9. Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços, de acordo com as especificações exigidas neste Contrato, quando for o caso;

6.1.10. Apresentar os relatórios de acompanhamento parciais de cada etapa, conforme previsto nas Especificações Técnicas do Edital de Tomada de Preços 002/2017 da CONTRATANTE sujeito à aprovação da CONTRATANTE;

6.1.11. Manter os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;

6.1.12. Comunicar verbalmente ao representante da CONTRATANTE qualquer impedimento que porventura ocorra no andamento dos serviços, dentro do prazo máximo de 02 (duas) horas, formalizando posteriormente essa comunicação por escrito em prazo de 02 (dois) dias úteis.

6.1.13. Não efetuar despesas e/ou celebrar acordos em nome da CONTRATANTE, exceto os expressamente autorizados;

6.1.14. Comunicar imediatamente ao responsável da CONTRATANTE qualquer acidente de trabalho ocorrido durante a execução dos serviços e posteriormente encaminhar relatório específico e detalhado sobre aquele por escrito, em prazo razoável;

6.1.15. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, ou ainda aos bens daquela, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

6.1.16. Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE quanto aos serviços executados;

6.1.17. Manter, durante toda a vigência do Contrato, todos os requisitos habilitatórios exigidos na licitação: Tomada de Preços 002/2017 da CONTRATANTE;

6.1.18. Manter vigentes os documentos que contenham prazo de validade, entregando novos documentos comprobatórios sempre que expirada a validade do anteriormente entregue;

6.1.19. Demais obrigações constantes do Edital da Tomada de Preços 002/2017 e seus anexos.

6.2. Além das demais obrigações descritas no Edital de Tomada de Preços nº 002/2017, em seus anexos, e neste Contrato, constituem obrigações da **CONTRATANTE:**

6.2.1. Efetuar o pagamento da forma pactuada no Contrato;

6.2.2. Formalizar à **CONTRATADA** qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços;

6.2.3. Comunicar, por escrito, instruções e procedimentos sobre assuntos relacionados ao objeto do contrato e ainda qualquer anormalidade constatada na execução dos serviços;

6.2.4. Indicar o fiscal do contrato, que será responsável pela fiscalização da prestação de serviços;

6.2.5. Exigir, de forma fundamentada, providências quando o profissional da **CONTRATADA** não estiver atendendo aos requisitos técnicos e de capacitação exigidos ou ainda quando causarem transtornos e prejuízos ao correto andamento dos serviços;

6.2.6. Acompanhar e aprovar cada etapa de execução dos serviços;

6.2.7. Solicitar eventuais ajustes necessários a boa execução dos serviços objeto do Contrato;

6.2.8. Demais obrigações constantes do Edital da Tomada de Preços 002/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA SÉTIMA
DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado em conformidade com a previsão do Cronograma Físico – Financeiro apresentado pela Contratada na Tomada de Preços 002/2017, desde que cumpridas e aprovadas as Etapas/Eventos, pelas empresas DME.

7.1.1. Caso a CONTRATADA não entregue algum relatório no prazo previsto, o pagamento desse evento não será realizado até que o mesmo seja devidamente entregue/aprovado pelas empresas DME.

7.1.2. Caso a CONTRATADA entregue algum evento/relatório antecipadamente, antes do prazo previsto no Cronograma, o pagamento desse evento poderá ser realizado com a parcela do mês anterior, desde que devidamente aprovado e autorizado pelas empresas DME.

7.2. O faturamento/envio das notas fiscais referentes aos serviços propostos poderá ser realizado em até 05 (cinco) dias úteis da aprovação, pelo fiscal do contrato, do cumprimento das fases constantes do Cronograma Físico Financeiro aprovado pela CONTRATADA.

7.2.1. Após aprovação da Nota Fiscal pelo Setor responsável, as empresas DME terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para efetuar os respectivos pagamentos.

7.3. O(s) pagamento(s) devido(s) da(s) fatura(s) apresentada(s), será(ão) efetuado(s) através de crédito em conta bancária, agência e banco determinados pela **CONTRATADA**, e jamais serão realizados pagamentos referentes a serviços não executados.

7.4. Atrasos nos pagamentos, que por ventura venham a ocorrer em virtude da mudança dos dados da conta indicada para crédito, não implicará em qualquer responsabilidade, aplicação de multa ou juros às empresas DME.

7.5. A **CONTRATADA,** caso seja solicitado pela CONTRATANTE, na ocasião do pagamento apresentará, junto com a fatura dos serviços prestados, cópia de comprovação da quitação das obrigações abaixo relacionadas, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades cabíveis:

- ✓ Comprovação de pagamento de alimentação e transporte aos empregados envolvidos na execução dos serviços, referentes ao mês posterior ao da fatura;
- ✓ Comprovação de pagamento dos salários dos empregados envolvidos na execução dos serviços referente ao mês da fatura;
- ✓ Comprovação de recolhimento de contribuição devida ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução dos serviços, referente ao mês anterior ao da fatura;
- ✓ Comprovação de recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea superior, referente ao mês anterior ao da fatura;
- ✓ Comprovação de recolhimento de todos os impostos e taxas, referentes ao mês anterior ao da fatura.

7.6. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA

SEGURANÇA DO TRABALHO E PROCEDIMENTOS AMBIENTAIS

8.1. A **CONTRATADA** deverá obedecer e fazer com que seus empregados, contratados, prepostos ou representantes obedeçam a toda Legislação, Normas e Regulamentos referentes à Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho e atinentes aos serviços, acatando as exigências legais, sob pena de suspensão dos trabalhos e responsabilização da **CONTRATADA** pelo atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, além da própria responsabilização pelos danos causados em decorrência de tal inobservância.

8.2. A **CONTRATADA** promoverá medidas de proteção individual e coletiva de prevenção de acidentes de trabalho, fornecendo a seus empregados e/ou contratados os equipamentos de proteção, tanto individual como coletivo, cuja utilização terá caráter obrigatório.

8.3. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir e fazer cumprir por seus empregados, contratados, prepostos ou representantes os procedimentos de segurança da CONTRATANTE aplicáveis à execução dos serviços e atender a todos os requisitos previstos na NR-10 (Portaria 3214/MTB/78).

8.4. A CONTRATADA deverá zelar pela aplicação da prevenção de acidentes, bem como dos procedimentos vistos em cursos efetivamente concluídos por seus servidores, conforme exigência habilitatória.

8.5. Os assuntos pertinentes à Segurança do Trabalho serão de total responsabilidade da CONTRATADA, sendo facultada a fiscalização destes pelo técnico responsável da CONTRATANTE.

8.6. A CONTRATADA deverá obedecer e fazer com que seus empregados, contratados, prepostos ou representantes obedeçam a toda Legislação, Normas e Regulamentos referentes ao Meio Ambiente atinentes aos serviços, acatando as exigências legais, sob pena de suspensão dos trabalhos e responsabilização da CONTRATADA pelo atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, além da própria responsabilização pelos danos causados em decorrência de tal inobservância.

8.7. A fiscalização de assuntos pertinentes ao Meio Ambiente, quando for o caso, poderá ser realizada pelo fiscal dos serviços, de acordo com as normas e procedimentos do presente edital, o qual é de observância obrigatória da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA

DAS RESPONSABILIDADES PELOS PAGAMENTOS DE VERBAS TRABALHISTAS E ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS

9.1. A **CONTRATADA** é responsável pelo pagamento de todos os tributos, inclusive contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), bem como pela obtenção de todas as licenças, alvarás e quaisquer outros ônus fiscais de natureza Federal, Estadual ou Municipal, decorrente da celebração do Contrato ou de sua execução.

9.2. Se a CONTRATANTE verificar, a qualquer tempo, a existência de débitos provenientes do não recolhimento dos encargos, por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá, sem sofrer quaisquer ônus ou penalidades e independentemente de aviso ou notificação, suspender os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total quitação dos débitos, ou a sua regularização perante os órgãos arrecadadores.

9.3. A CONTRATADA obriga-se a efetuar os recolhimentos dos Encargos, não cabendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade quanto a possíveis ações ou cobranças pelo não recolhimento.

9.4. O Contrato não terá em nenhuma hipótese o efeito de criar qualquer relação entre a CONTRATANTE e os empregados e/ou contratados da CONTRATADA que é responsável integral e exclusiva por eles, obrigando-se a indenizar e manter a CONTRATANTE a salvo de toda e qualquer reclamação, pedido, ação, dano, custo, despesa, perda ou responsabilidade de natureza trabalhista, securitária, previdenciária, civil ou de qualquer outra, que eles possam ter ou reivindicar.

9.5. A CONTRATADA é responsável pela indenização e resguardo da CONTRATANTE, bem como de seus prepostos, empregados, controladoras, controladas, coligadas ou de quaisquer sociedades a ela ligadas, de qualquer reclamação, pedido, ação, dano, custo, despesa, perda ou responsabilidade decorrente de dano pessoal, material, financeiro, moral ou de qualquer outra natureza que tenham se originado da execução ou inexecução pela CONTRATADA do presente Contrato.

9.6. Em qualquer reclamação, ação ou processo judicial, arbitragem, mediação ou outro procedimento a CONTRATADA, às suas expensas, deverá defender a CONTRATANTE, bem como seus prepostos, empregados, controladoras, controladas, coligadas ou quaisquer sociedades a ela ligadas, contra qualquer ação em que se discuta a suposta violação de direitos de terceiros ou em conexão com o Contrato, seja de que natureza for. Na hipótese de não ser possível evitar a intervenção da CONTRATANTE, a CONTRATADA não poderá impugnar a denunciação da lide que a CONTRATANTE lhe fará.

9.7. Nos casos em que a CONTRATANTE ou seus prepostos, empregados, controladoras, controladas, coligadas ou quaisquer sociedades a ela ligadas, forem condenados por responsabilidade solidária ou subsidiária, seja nas esferas administrativa ou judicial, a CONTRATADA se obriga a reembolsá-la dos valores estipulados na condenação, bem como custas e despesas do processo, independentemente de ação judicial para o recebimento, promovendo o necessário encontro de contas.

9.8. A CONTRATANTE poderá reter os pagamentos por ela devidos, na proporção dos prejuízos reclamados por terceiros, caso tenha ciência da existência de qualquer reclamação, pedido, ação, dano, custo, despesa, perda ou responsabilidade, nos termos do disposto acima. Caso sejam os prejuízos efetivamente comprovados, a CONTRATANTE utilizará a quantia retida para ressarcir-se dos danos que vier a sofrer e, na hipótese contrária, deverá o pagamento ser liberado à CONTRATADA.

9.9. Na hipótese de danos ou perdas de materiais e/ou equipamentos da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão da CONTRATADA, deverão ser repostos às expensas exclusivas da CONTRATADA, ou ressarcidos e, neste caso, acrescidos de taxa

de 10% (dez por cento), e que poderão ser compensados por ocasião da apresentação da fatura dos Serviços executados.

9.10. A responsabilidade da CONTRATANTE, assim como de suas controladoras, controladas, coligadas ou de quaisquer sociedades a ela ligadas, para com a CONTRATADA, seus prepostos, empregados e/ou terceiros em conexão com o Contrato estará, em qualquer hipótese, limitada às condições estabelecidas no artigo 944 do Código Civil.

9.11. O gestor do Contrato (Sra. Fabiana Dias Generoso de Oliveira), para efeitos de fiscalização, poderá exigir da CONTRATADA a comprovação de pagamento dos salários dos funcionários envolvidos na prestação de serviços em questão, bem como todos os encargos trabalhistas inerentes à execução dos serviços, em virtude das disposições contidas na Súmula nº 331 do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Ficará impedida de licitar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a **CONTRATADA** que:

10.1.1. não aceitar o Contrato de Prestação de Serviços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.2. deixar de entregar documentação exigida neste Contrato;

10.1.3. apresentar documentação falsa;

10.1.4. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

10.1.5. não mantiver a proposta;

10.1.6. falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.8. fizer declaração falsa;

10.1.9. cometer fraude fiscal.

10.2. A **CONTRATADA** estará sujeita à multa de:

10.2.1. 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação quando incorrer no caso do 10.1.2.;

10.2.2. 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação quando incorrer no caso do item 10.1.5., caso em que será chamada a contratar com a CONTRATANTE a segunda licitante, e assim sucessivamente, até que se ultime a contratação com as empresas licitantes na ordem de suas classificações;

10.2.3. 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação quando incorrer no caso do item 10.1.4. desde que o atraso não seja superior a 1 (um) mês.

10.2.4. 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação quando incorrer no caso do item 10.1.4., sendo o atraso superior a 1 (um) mês, sem prejuízo da rescisão contratual e convocação da licitante classificada na ordem subsequente;

10.2.5. 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação quando incorrer no caso dos itens 10.1.3., 10.1.1.6, 10.1.7., 10.1.8.;

10.2.6. 40% (quarenta por cento) do valor estimado para a contratação quando incorrer no caso dos itens 10.1.1 e 10.1.9.

10.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, a impedirá de participar de novas licitações no Município pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo da multa prevista no item anterior, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, em conformidade com o Art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

10.4. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

10.4.1. advertência, que será aplicada por escrito;

10.4.2. multa compensatória conforme disposto no item 10.2. e multa moratória ;e:

10.4.2.1. de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor do serviço, por dia de atraso não justificado, tanto no cumprimento do cronograma físico como na entrega final das obras e serviços, até um máximo de 30 (trinta) dias, quando então a CONTRATANTE poderá considerar rescindido o Contrato, passando a aplicar à CONTRATANTE multa de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato.

10.4.2.2. Na hipótese de multas, a CONTRATADA inadimplente será notificada para recolher aos cofres da CONTRATANTE no prazo de 10 dias, a importância das penalidades impostas. No caso de ser mantido o Contrato, será facultado a CONTRATANTE, o recolhimento das multas por ocasião do pagamento, através de desconto e compensação no preço.

10.4.2.3. O valor correspondente às multas será descontado das importâncias que a CONTRATADA tenha a receber da CONTRATANTE. Se não houver crédito ou for este insuficiente para cobrir as importâncias devidas, a CONTRATADA será notificada através de Nota de Débito para efetuar imediatamente o pagamento devido.

10.4.2.4. As multas aqui previstas têm caráter compensatório e moratório, de modo que o seu pagamento não exime a CONTRATADA de reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que o ato

venha a acarretar, podendo ser aplicadas cumulativamente sem impedimento da aplicação de eventuais sanções administrativas.

10.4.3. suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

10.4.4. impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.4.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior.

10.5. As sanções previstas nos subitens 10.4.1., 10.4.3., 10.4.4. e 10.4.5. deste ITEM poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa a **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.6. A desistência em entregar o objeto, sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

10.7. A aplicação da pena de advertência caberá ao gestor do Contrato e quanto às demais penalidades serão de competência do Diretor Superintendente da CONTRATANTE.

10.8. Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado o direito de defesa prévia a fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

10.8.1. O prazo para a apresentação de defesa prévia quanto às penalidades de advertência, multa e suspensão temporária do direito de licitar será de 5 dias úteis e para a declaração de inidoneidade para licitar com a Administração

Municipal será de 10 dias da abertura de vista do processo, de acordo com o que preconiza os parágrafos 2º e 3º, ambos do art. 87 da Lei 8.666/93.

10.9. As ocorrências relacionadas com a execução das obrigações previstas neste Contrato serão anotadas pelo representante da CONTRATANTE, nos moldes do art. 67, §1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. Os recursos financeiros necessários para a citada licitação correrão por conta das receitas próprias da CONTRATANTE, através de: Comprometimento Orçamentário: _____/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

12.2. A rescisão deste contrato pode ser:

12.2.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, e ainda nos casos de:

(i) recuperação judicial da **CONTRATADA**;
(ii) abandono ou do não cumprimento dos serviços por parte da **CONTRATADA;**
(iii) notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
(iv) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
(v) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4. Na hipótese de rescisão por interesse da CONTRATANTE nos casos previstos em lei, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, dentro de 90 (noventa) dias seguintes à data de sua ocorrência, a CONTRATANTE analisará a possibilidade de pagamento devido à **CONTRATADA** nos seguintes termos:

12.4.1. Será verificado o custo dos materiais e/ou serviços aceitos pela CONTRATANTE e efetivamente entregues e realizados pela **CONTRATADA**, até a data da rescisão.

12.4.2. Será analisado os custos dos materiais despendidos e/ou serviços que comprovadamente foram concluídos.

13.4.2.1. Se as negociações mencionadas no inciso anterior não chegarem a um bom termo, será analisado quanto a possibilidade de se pagar pelos materiais despendidos e/ou serviços comprovadamente iniciados, os respectivos preços, proporcionalmente ao estágio em que se encontrarem na data da rescisão, com fundamento nos respectivos preços básico, transferindo a propriedade desses materiais e/ou serviços para a CONTRATANTE.

12.5. A rescisão de que trata o item 12.2.1 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta licitação:

12.5.1. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

12.5.2. execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

12.5.3. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

12.6. A aplicação da medida prevista no subitem 12.5.1 deste item fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta.

12.7. É permitido à Administração, no caso de Recuperação Judicial do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

12.8. Compete ao Diretor Superintendente da CONTRATANTE decidir acerca do cancelamento e/ou da rescisão do Contrato de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

13.1. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação do contratado com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93, e observados os subitens subsequentes.

13.2. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

14.1. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar total ou parcial do seu objeto, associar com outrem, ceder ou transferir total ou parcialmente o Contrato ou quaisquer das obrigações nele previstas ou no edital que dele decorreu **SEM A PRÉVIA COMUNICAÇÃO E ANUÊNCIA DA CONTRATANTE.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DA CONFIDENCIALIDADE

15.1. Nenhuma das partes poderá revelar, motivar ou permitir a revelação de quaisquer informações patenteadas ou não de natureza técnica, invenções, processos, fórmulas e designs, patenteáveis ou não, planos de negócios, métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas decorrentes deste Contrato, salvo aos empregados que tiverem necessidade de ter conhecimentos sobre elas para fins de execução do objeto contratado.

15.2. A partir da data de assinatura do presente Contrato, a CONTRATADA deverá:

15.2.1. utilizar toda e qualquer informação, veiculada sob qualquer forma, escrita ou verbal, tangível ou intangível, relacionada ao objeto do presente CONTRATO, sendo expressamente vedada sua utilização para qualquer outro fim.;

15.2.2. transmitir os dados somente para empregados e representantes da CONTRATADA, que tenham necessidade de tomar conhecimento de tal dado, expressamente autorizados pela CONTRATANTE, sendo vedada a divulgação para qualquer pessoa que não deva ter acesso ao referido dado.

15.2.3. A CONTRATADA deverá certificar-se de que os empregados e representantes da CONTRATADA estejam devidamente cientificados da natureza confidencial do dado que lhes será divulgado, sujeitando-os às obrigações de confidencialidade assumidas por força do presente CONTRATO;

15.2.4. exigir que empregados e representantes da CONTRATADA utilizem o mesmo grau de cuidado e sigilo com os dados que aquele utilizado para informações confidenciais da CONTRATADA;

15.2.5. informar à CONTRATANTE qualquer divulgação ou utilização indevidas dos dados de que venha a tomar conhecimento;

15.2.6. não efetuar cópias ou qualquer outro tipo de reprodução dos dados recebidos por força do presente CONTRATO sem a aprovação prévia da CONTRATANTE, com exceção daqueles necessários para os estudos dos empregados e representantes da CONTRATADA.

15.3. Nenhuma obrigação de confidencialidade será observada nas hipóteses em que os dados:

15.3.1. já tenham sido divulgados à CONTRATADA sem obrigação de confidencialidade;

15.3.2. venham a ser divulgados à CONTRATADA por terceiros sem obrigação de confidencialidade;

15.3.3. estejam ou tenham sido tornados disponíveis publicamente de forma lícita por outra parte que não a CONTRATADA;

15.3.4. devam ser divulgados por força de qualquer disposição legal, regulamentar ou determinação judicial ou de outra autoridade pública competente, desde que a parte que tenha que efetuar a mencionada divulgação notifique, imediatamente, à CONTRATANTE a existência de tal requerimento e que não se oponha a que a CONTRATANTE procure, às suas expensas, por meio de processo judicial ou administrativo, evitar tal divulgação.

15.4. O presente CONTRATO, ou qualquer divulgação de informação realizada em conformidade com os seus termos e condições, com exceção das expressas disposições nele contidas, não confere, a qualquer título, qualquer tipo de licença, cessão ou qualquer outro direito de qualquer natureza para a utilização dos dados, patente, marca, nome comercial, direito autoral ou outro tipo de propriedade intelectual da CONTRATANTE.

15.5. Todos os dados divulgados na forma do presente CONTRATO serão considerados como sendo de propriedade da CONTRATANTE. Em até 15 (quinze) dias corridos do recebimento de uma solicitação da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá devolver

à CONTRATANTE todos e quaisquer dados por ela recebido sob forma tangível, todas as cópias de suas eventuais reproduções e deverá, também, destruir todos os dados por ela produzidos com base, parcial ou totalmente, em dados a ela divulgados pela CONTRATANTE por força deste pacto.

15.6. As partes reconhecem que o não cumprimento das obrigações assumidas sob este CONTRATO resultarão em prejuízos irreparáveis para a CONTRATANTE, e que, dentre outras medidas, a CONTRATANTE poderá adotar qualquer medida que permita impedir ou restringir o descumprimento das obrigações ora assumidas, respondendo a parte infratora pelos danos diretos decorrentes da exposição de quaisquer dados de que trata este CONTRATO, incluindo lucros cessantes ou perda de receita.

15.7. Mesmo após o encerramento do prazo de vigência do CONTRATO, persistirá a obrigação de confidencialidade pela CONTRATADA sobre os DADOS CONFIDENCIAIS até então recebidos da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DAS VEDAÇÕES

16.1. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

16.1.1. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE para execução dos serviços decorrente deste contrato;

16.1.2. a veiculação de publicidade acerca dos serviços, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

16.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

17.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor total inicial atualizado registrado para objeto desta licitação poderá ser aumentado ou suprimido, com fundamento nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

17.1.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

17.1.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

18.1. É de responsabilidade da **CONTRATADA** a execução de todos os serviços constantes na TOMADA DE PREÇOS 002/2017 da CONTRATANTE, através de contratação de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham cometer no desempenho de suas funções, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente.

18.2. A CONTRATADA deverá substituir os profissionais contratados no caso de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudique o bom andamento e a boa prestação dos serviços.

18.3. A CONTRATANTE poderá realizar inspeções frequentes dos serviços prestados. Assim, a CONTRATADA deverá instruir os seus funcionários ao pronto atendimento à CONTRATANTE, dos esclarecimentos que forem solicitados, e/ou das vistorias a serem realizadas.

18.4. Durante a execução dos serviços, quando for o caso, a CONTRATADA deverá manter diário de ocorrências atualizado para acompanhamento da fiscalização da CONTRATANTE.

18.5. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a indenização por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na plena execução do CONTRATO, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade ainda se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

18.6. A CONTRATADA deverá responder, perante às leis vigentes, pelo sigilo dos documentos que porventura sejam manuseados por ela, sendo que não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas neste CONTRATO.

18.7. A CONTRATADA se responsabilizará pelos pagamentos dos empregados envolvidos na execução do CONTRATO no prazo previsto em Lei, ou seja, até o 5º dia útil de cada mês subsequente, e a entrega ou pagamento de alimentação e transporte no 1º dia útil de cada mês, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos e impostos, que direta ou indiretamente incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias e fiscais, INSS, FGTS, PIS, seguros de acidentes de trabalho, etc., ficando excluída qualquer solidariedade por parte da DME, por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações, não se transfere em hipótese alguma à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA
DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. A CONTRATANTE dará por aceito e definitivamente recebido os serviços objetos desta contratação, quando, sem exceção, tiverem sido atendidos integralmente, todos

os itens e requisitos aplicáveis, certificados pela fiscalização e gestão da CONTRATANTE, e de acordo com as condições a seguir.

19.2. O recebimento definitivo dos serviços decorrentes, será promovido pela CONTRATANTE, ao final do contrato objeto desta especificação técnica, a qual verificará e atestará o cumprimento de todas as cláusulas contratuais, em todo o período de prestação de serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA
DOS SEGUROS E DANOS

20.1. A **CONTRATADA**, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos, quando for o caso, excluindo a CONTRATANTE de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA
DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

21.1. Caso a **CONTRATADA** não esteja estabelecida no Estado de Minas Gerais, ou emita notas fiscais modelo 1 e/ou 1-A, esta deverá emitir obrigatoriamente a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) à CONTRATANTE, sob pena de ter a prestação de serviços recusada.

21.2. Em virtude de determinação da Receita Federal, a Administração está autorizada a receber apenas e tão somente mercadoria ou bem acobertado por Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, conforme inciso I, da cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, ficando vedado o acobertamento por Nota Fiscal Modelo 1 ou 1-A.

21.3. Quando da emissão de Nota Fiscal Eletrônica, esta deverá ser enviada previamente pela CONTRATADA à CONTRATANTE, para o e-mail _____, através do arquivo digital - XML - da nota fiscal eletrônica, que é gerado para a própria existência da NF-e.

21.4. Esse procedimento deverá ser feito antes do envio das notas referentes ao Contrato de Prestação de Serviços, para que esta seja validada pelo setor responsável pela solicitação dos serviços, bem como para conferência e validação da autenticidade da mencionada Nota pelo Setor de Contabilidade.

21.5. Somente após as conferências e validações acima referidas, a CONTRATADA estará autorizada a enviar as notas à CONTRATANTE, sendo que aquela será comunicada acerca de tal autorização.

21.6. Todas as tratativas referentes ao envio da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATADA deverão ser realizadas com o Gestor indicado no Contrato de Prestação de Serviços através do telefone (35) 3716-_____ ou e-mail: _____.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA
DOS DOCUMENTOS

22.1. Em caso de eventuais discrepâncias, valem os documentos na seguinte ordem:

22.1.1. Contrato de Prestação de Serviços nº. _____/2017.

22.1.2. Edital de TOMADA DE PREÇOS nº. 002/2017 e seus anexos

22.1.3. Documentos da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA
DO FORO

23.1. Para dirimir eventuais questões resultantes desta contratação, não resolvidas na esfera administrativa, as partes elegem o Foro da Comarca de Poços de Caldas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

23.2. E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Poços de Caldas, _____ de _____ de 2017.

(Assinatura das Partes)

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

ANEXO III

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

PROPOSTA COMERCIAL PADRONIZADA

Às empresas DME

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., inscrição estadual nº....., estabelecida em....., na cidade de ....., telefone....., fax....., e-mail ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº. ..... e do CPF nº. ....., vem pela presente apresentar sua proposta de preços para: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO E **ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA** (PS) E **PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA** (PAE) **DAS BARRAGENS** DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS DAS EMPRESAS LICITADORAS, DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DA LEI Nº 12.334 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010, E DA RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 696 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015, conforme Termo de Referência/Especificações Técnicas anexo, objeto da TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017 DAS EMPRESAS DME.

Para efeito de julgamento, propõe o VALOR GLOBAL TOTAL abaixo, apresentado anexo, conforme ANEXO XV, devidamente preenchido em formato *excel*.

VALOR GLOBAL TOTAL:	R$ .....(valor por extenso)

1 - O preço apresentado será fixo e irreajustável, no período da prestação dos serviços, e nele deverão estar computados todos os custos básicos diretos, BDI's, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto da Tomada de Preços, inclusive tributos (em especial o ISS – Imposto Sobre Serviços), contribuições incidentes, impostos, taxa(s), instrumentos e equipamentos de proteção individual e coletiva, incluindo mão-de-obra e fornecimento dos materiais necessários e especificados, além das despesas com transporte, alimentação e

hospedagem dos profissionais, caso seja necessário, tributos, Leis Sociais, despesas com técnico de segurança do trabalho, lucros e quaisquer outras despesas e quaisquer outras não especificadas nesta licitação, e demais concernentes à plena execução do objeto durante o prazo do contrato.

2 - Considerar-se-á que o preço ofertado é completo, sendo que nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada, se for devido a qualquer erro na interpretação, por parte da licitante, inclusive dentro do período de garantia.

3 - O prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos, contados da entrega dos envelopes “PROPOSTA”.

4 - Prazo de execução: **03 (três) meses** contados da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado a critério das empresas DME.

5 - Vigência do Contrato: **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato, podendo ser prorrogado a critério da Contratante.

6 - Apresentamos nossos dados bancários e dados do responsável da empresa para possíveis contratos:

Dados bancários:

Nome do Banco ..... N° .....

Nome da Agência ..... N° .....

Número da Conta .....

Local / Data

Assinatura do responsável pela empresa (Nome/Cargo)

OBS: A AUSÊNCIA DE QUALQUER REQUISITO PEDIDO ACIMA IMPLICARÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.

ANEXO IV

TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

Às empresas DME

[NOME DA EMPRESA], inscrita (o) no CNPJ sob o n.º [NÚMERO], com sede na [ENDEREÇO], representada neste ato por [QUALIFICAÇÃO COMPLETA], interessada(o) em participar do **TOMADA DE PRECOS Nº. 002/2017,** instaurada pelas empresas licitadoras, declara, sob as penas da Lei, para os devidos fins que se enquadra na modalidade de microempresa / empresa de pequeno porte, conforme define o Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

( ) Na condição de microempresa/empresa de pequeno porte, cumpre plenamente os requisitos de habilitação referentes à licitação em epígrafe;

( ) Na condição de microempresa/empresa de pequeno porte, encontra-se em situação regular de habilitação referente à licitação em epígrafe, ressalvada a existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal, comprometendo-se a promover a sua regularização caso se sagre vencedora do certame. Segue abaixo justificativa pela restrição da documentação em questão:
[JUSTIFICATIVA]

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2017.

_____

[REPRESENTANTE LEGAL]

ANEXO V

TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Às empresas DME

[NOME DA EMPRESA], inscrita(o) no CNPJ sob o nº [NÚMERO], com sede na [ENDEREÇO COMPLETO], interessada(o) em participar do **TOMADA DE PRECOS nº 002/2017**, instaurado pelas empresas DME, declara, sob as penas da Lei, que nossa empresa NÃO SE ENQUADRA EM NENHUMA DAS RESTRIÇÕES citadas no Edital do TOMADA DE PRECOS nº 002/2017.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2017.

_____

[Representante Legal]

[RG]

ANEXO VI

TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA DISPOSIÇÃO DO ART. 27, V DA LEI 8.666/93

Às empresas DME

DECLARAÇÃO

[NOME DA EMPRESA], inscrita (o) no CNPJ sob o n.º [NÚMERO], com sede na [ENDEREÇO COMPLETO], interessada (o) em participar do **TOMADA DE PRECOS Nº. 002/2017**, instaurado pelas empresas DME, declara, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ( ).

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2017.

_____

[REPRESENTANTE LEGAL]

[RG]

ANEXO VII

TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017

DECLARAÇÃO DE DIRIGENTES

Às empresas DME

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o n°....., e Inscrição Estadual nº ....., estabelecida na Rua/Av....., na Cidade de ....., Estado ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº. ..... e do CPF nº. ....., DECLARA que seus sócios, acionistas, dirigentes ou administradores não são membros ocupantes de cargos de confiança e/ou em comissão da DME Energética S/A – DMEE, DME Poços de Caldas Participações S/A – DME e/ou DME Energética S.A. - DMEE; e que não possui em seu quadro sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuges, companheiros(as), ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de confiança e/ou em comissão com a DME Energética S/A – DMEE, DME Poços de Caldas Participações S/A – DME e/ou DME Energética S/A – DMEE.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2017.

_____

[REPRESENTANTE LEGAL]

[RG]

ANEXO VIII

TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA NA SESSÃO

Às empresas DME

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n°....., e Inscrição Estadual nº ....., estabelecida na ....., na Cidade de ....., Estado ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº. ..... e do CPF nº. ....., DECLARA que não estará presente no dia da Abertura dos Envelopes referente ao TOMADA DE PRECOS 002/2017 e que o(a) Sr.(a)....., por meio do telefone nº ..... , fax nº ....., e/ou e-mail..... ficará responsável em prestar as informações que a Comissão Permanente de Licitação das empresas DME solicitar durante a sessão da Licitação, inclusive definir, caso necessário, a interposição de recurso ou não.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2017.

_____

[REPRESENTANTE LEGAL]

[RG]

ANEXO IX

DADOS PARA PREENCHIMENTO DO CONTRATO

Às empresas DME

Dados da empresa licitante e do representante legal para fins de assinatura do Contrato, caso seja vencedora:

Dados do responsável da empresa para possível(is) contrato(s):

Nome...../ Nacionalidade: ..... / Estado civil: .....

Cargo.....

Nº. da identidade.....

CPF .....

Dados do responsável **COMO TESTEMUNHA** da empresa para possível(is) contrato(s):

Nome...../ Cargo.....

Nº. da identidade.....

CPF .....

Dados da empresa para faturamento e envio do contrato:

Razão Social : .....,

CNPJ:.....

E-mail: ..... Endereço: Rua ..... , nº. ....., Bairro ....., na cidade de ....., Estado ....., CEP .....

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2017.

_____

[REPRESENTANTE LEGAL] / [RG]

ANEXO X

TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017

DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROCURAÇÃO

Às empresas DME

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a(o) ..... (nome da empresa), com sede ..... (endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. ....., representada, neste ato, por seu ..... (função do agente outorgante), Sr. (a) ..... (nome completo do agente outorgante), nomeia e constitui seu representante, o Sr. (a) ..... (nome completo do agente outorgado), portador da cédula de identidade RG nº. ..... e do CPF nº. ....., a quem são conferidos poderes para representar a empresa em questão no Edital de Tomada de Preços nº 002/2017, instaurado pelas empresas DME, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

***Obs: Declaração validada mediante assinatura com firma reconhecida em Cartório, apresentação de cópia autenticada de Contrato ou Estatuto Social e documento original com foto que identifique o Credenciado*.**

ANEXO XI

TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO SUPERVENIENTE

Às empresas DME

..... (nome da empresa), inscrita (o) no CNPJ sob o n.º ....., com sede ..... (endereço completo), interessada(o) em participar do Edital de Tomada de Preços nº 002/2017 instaurado pelas empresas DME, declara, sob as penas da Lei, que não existe fato impeditivo PARA A CONTRATAÇÃO DESTA REFERIDA EMPRESA JUNTO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (empresas DME) e que a mesma se obriga a comunicar a superveniência do mesmo, caso ocorra.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO XII

TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Às empresas DME

DECLARAÇÃO

Eu ..... (qualificação completa), neste ato representando a empresa ..... (nome da empresa), inscrita (o) no CNPJ sob o n.º ....., com sede ..... (endereço completo), representada neste ato por ..... (qualificação completa), interessada(o) em participar do Edital de Tomada de Preços nº 002/2017 instaurado pelas empresas DME, declaro, sob as penas da Lei, que os serviços, objeto do presente Edital, serão executados sob minha responsabilidade e que autorizo minha inclusão na equipe técnica.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

_____

Responsável Técnico

ANEXO XIII

TOMADA DE PRECOS Nº 002/2017

RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Às empresas DME

..... (nome da empresa), inscrita (o) no CNPJ sob o n.º ....., com sede ..... (endereço completo), declarada VENCEDORA da Tomada de Preços nº 002/2017 instaurado pelas empresas DME, informa, conforme exigência editalícias, a EQUIPE TÉCNICA que irá prestar os serviços, objeto desta licitação:

NOME DOS PROFISSIONAIS	CPF	CARGO / FUNÇÃO

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA